Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CNI quer avaliar "princípio" da reforma tributária
valor econômico - sp - política receita federal do Brasil Acordo sobre Carf irrita ministros palacianos
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SEC propõe segregação patrimonial e aperta cerco à indústria cripto5
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL
Lula anuncia salário mínimo de R\$ 1.320 e isenção do IR de R\$ 2.6407
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL
Governo remaneja perto de R\$ 1 tri do Orçamento9
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL
Mudar a meta requer as contas fiscais em ordem (Artigo)10
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Pacote fiscal lanhado (Editorial)
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL
Fim de fraude no Bolsa Família poderia bancar salário mínimo de R\$ 1.320
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SERVIDOR PÚBLICO
Reforma administrativa não é prioridade, afirma Haddad - SERVIDOR
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA
"Prévia" do PIB de 2022, do BC, tem alta de 2,9% e indica desaceleração
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA
Fazenda mostra a Lula que meta de inflação não é a causa do juro alto
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA
Estados e Tesouro esperam chegar a acordo para recompor ICMS até março
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Antingo De forma a tributária Conse Como Torra de
Artigo: Reforma tributária Quae Sera Tamen
O GLOBO - RJ - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS O a company a contribuição de la contributação de la contributaçã
Governo americano volta a investir com força na economia (Artigo)
CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO ECONOMIA De fortage CF 2 maille for a de incodimentage de la companyante del companyante de la companyante de la companyante del companyante de la companyante
País tem 65,2 milhões de inadimplentes25

Sexta-Feira, 17 de Fevereiro de 2023	
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula afirma que não pode "brigar" com Campos Neto	2

CNI quer avaliar "princípio" da reforma tributária



Robson Andrade, presidente da CNI, quer saber "princípio" da reforma

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, afirmou ontem que é importante estabelecer discussão sobre o "princípio" da **reforma tributária**. Segundo ele, a entidade apoia o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, do Senado Federal. "O importante agora é discutir o princípio da **reforma tributária**, como vamos fazer. Provavelmente, é a PEC 110, deve ter algumas modificações, mas apoiamos a PEC 110", disse Andrade a jornalistas, depois de reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Robson Andrade disse entender que a PEC 110 engloba a PEC 45, da Câmara dos Deputados, que também trata da reforma tributária. "Então, praticamente é a mesma coisa", declarou. O presidente da CNI avalia que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) precisa ser zerado. Para ele, é preciso encontrar "outros mecanismos para compensar as indústriaa da Zona Franca de Manaus, uma vez que esse imposto é importantíssimo para a competitividade da indústria do Brasil como um todo".

"É claro que a Zona Franca de Manaus é importantíssima, tem um polo que se desenvolveu dentro de determinada legislação. Não podemos nem tirar a competitividade da indústria que está na Zona Franca de Manaus, mas nós também não podemos fazer com que essa indústria seja um fator de falta de competitividade para as indústrias do resto do país",

disse Andrade.

Andrade declarou ainda que será divulgada uma regulamentação contemplando o acesso de micro e pequenas empresas ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**). "Discutimos sobre o **Carf**, demos ao ministro nossos argumentos, ouvimos o argumento do ministro. É um assunto que acho que vamos conversar mais", informou. "A gente estava muito preocupado com o acesso da pequena e microempresa ao **Carf**, que agora, na medida provisória, está limitado, mas ele [Haddad] estava falando da regulamentação que vai resolver esse problema. Então, nós vamos esperar essa regulamentação, que deve sair por esses dias, para ver como isso vai se resolver", afirmou.

Site.

https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/02/2023/p1

Acordo sobre Carf irrita ministros palacianos

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Guilherme Pimenta e Matheus Schuch De Brasília

O acordo anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em torno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (Carf) desagradou integrantes da cúpula do Palácio do Planalto. Na visão de interlocutores, era importante que os termos fossem negociados, primeiro, junto aos líderes parlamentares e presidentes da Câmara e do Senado, o que não aconteceu.

O descontentamento do Legislativo não demorou a vir. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quarta-feira que o conteúdo do acordo pode até ser aproveitado, mas que Haddad precisa convencer os deputados, em reunião que ocorrerá depois do Carnaval.

A equipe de Haddad não negociou os termos do acordo diretamente com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, pasta sob o comando do ministro Alexandre Padilha, que negocia e lida diretamente com os deputados e senadores no dia a dia.

No Ministério da Fazenda existe o entendimento de que as reuniões a respeito do tema deveriam de fato ter sido conduzidas de forma técnica e com discrição, envolvendo somente os secretários mais ligados às áreas tributária e fiscal, dada a sensibilidade da discussão e os interesses envolvidos das empresas e dos próprios parlamentares, que votaram contra o voto de qualidade na última legislatura.

O presidente Lula, segundo argumentam as fontes da Fazenda, era informado constantemente pela pasta a respeito do andamento do acordo firmado com a OAB, que representava o interesse dos contribuintes.

O voto de qualidade no <u>Carf</u> ocorre quando o presidente do colegiado, <u>sempre um auditor da Receita Federal</u>, decide em casos de empate - o que, em 95% das vezes, dava a vitória ao Fisco.

Esse modelo vigorou até 2020, quando foi alterado para que o empate extinga a obrigação do contribuinte de pagar o tributo, mas Haddad estabeleceu a sua volta em MP editada em janeiro e que precisa ser votada pelo Legislativo.

Pelo acordo entre o ministro e a OAB, o empate

garantirá a anulação das multas.

Embora os termos desse acordo provavelmente sejam confirmados pelo Congresso, Lira avisou que a MP será utilizada para tratar de temas "transversais" do contencioso tributário, como o valor das multas aplicadas pela Receita, que pode chegar a 250% do imposto não pago, e a "interpretação de auditores" sobre as leis feitas pelo Congresso.

Ainda no âmbito da MP, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, foi informado, em reunião com Haddad, que o governo irá regulamentar nos próximos dias os parâmetros para que micro, pequenas e médias empresas tenham acesso ao <u>Carf</u>. A MP sobre o tema, que agora é discutida no Congresso, definiu que dívidas abaixo de mil salários mínimos - R\$ 1,302 milhão - passariam a ser resolvidas nas unidades regionais da Receita.

"Estávamos muito preocupados sobre acesso de pequenas e micro empresas ao <u>Carf</u>, mas ele [Haddad] falou que a regulamentação vai resolver este problema", relatou Andrade.

A intenção de Haddad é criar uma segunda instância para julgar contenciosos tributários abaixo de R\$ 1,302 milhão. Na reunião, o presidente da CNI também externou a contrariedade da entidade sobre o retorno do voto de qualidade - que retomou o poder de desempate à **Receita Federal** nos julgamentos.

Ele admitiu, contudo, que ao retirar os processos menores, apenas 1,6% das empresas dependeriam do voto de qualidade.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE Acordo sobre **Carf** irrita ministros palacianos

Site:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187464?page=1 §ion=1

SEC propõe segregação patrimonial e aperta cerco à indústria cripto



Toni Sciarretta e Ricardo Bomfim De São Paulo

A SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos EUA) colocou em audiência pública uma nova regra de custódia qualificada para distribuidores de investimentos e gestores de recursos que atinge em cheio a indústria de ativos digitais. A proposta institui a chamada segregação patrimonial, tema que gerou discussões acaloradas no Brasil à época da votação do marco legal dos criptoativos, ao prever que os custodiantes forneçam garantias de que os ativos dos clientes fiquem devidamente segregados e protegidos em caso de quebra dos intermediários, falha que ficou evidente no caso da FTX.

Na prática, os gestores de recursos deverão rever os contratos com os custodiantes, que passariam por avaliações anuais, além de serem submetidos a fornecer extratos de conta e registros periódicos ou mediante solicitação.

"[A proposta] Poderá ajudar a garantir que os intermediários não usem, percam ou abusem indevidamente dos ativos dos investidores", disse o presidente da SEC, Gary Gensler, em nota.

Em manifestações anteriores, Gensler afirmou que a maioria das empresas de criptoativos "costumam misturar" os ativos dos clientes com os próprios. Ele afirmou que as "exchanges" de criptomoedas que combinam serviços de custódia com outras atividades comerciais não podem ser qualificadas como custodiantes de acordo com as regras existentes. Segundo a SEC, o período para comentários sobre a proposta permanecerá aberto por 60 dias. Depois a agência deve então instituir a nova regra.

A proposta em relação à custódia se soma a outras duas investidas recentes dos reguladores americanos no setor. Uma diz respeito ao chamado "staking de criptoativos", produto em que o dono do token recebe uma remuneração por bloqueá-lo no blockchain para validar transações. A SEC considerou valor mobiliário os produtos de staking da corretora Kraken, que chegavam a pagar 25% ao ano aos clientes. A exchange foi forçada a suspender o produto e pagar multa de US\$ 30 milhões para encerrar o caso.

A segunda investida foi contra uma "stablecoin" - criptomoedas com paridade em outra divisa como dólar - emitida pela Paxos e licenciada para a Binance. Há também o entendimento de que se trata de um valor mobiliário sem o devido registro. O Departamento de Serviços Financeiros de Nova York orientou a empresa a suspender a cunhagem do ativo digital.

O diretor de estratégia da Binance, Patrick Hillmann, admitiu em entrevista ao "Wall Street Journal" que a corretora fora repreendida por falhas no compliance regulatório no passado e que negocia um acordo para cessar as investigações com as autoridades dos Estados Unidos. O executivo não falou sobre quais reparações e ajustes de conduta serão pedidos.

Segundo a "Bloomberg", o Departamento de Justiça (DoJ), a Receita Federal (IRS), a SEC e a CFTC (Commodity Futures Trading Commission, regulador de derivativos) têm investigado a Binance por irregularidades nos últimos anos.

No caso da Kraken, a SEC afirmou entre outras coisas que a corretora ofereceu "retornos descomunais" a seus clientes sem fornecer uma visão sobre sua condição financeira e meios de pagar a rentabilidade comercializada. Segundo Tasso Lago, gestor de fundos privados de criptomoedas e fundador da Financial Move, o caso da Kraken, apesar de preocupar investidores, é específico e não inviabiliza que criptomoedas que dependem de staking, como o

ether, do Ethereum, segunda maior moeda digital do mundo em valor de mercado, continuem validando suas transações, uma vez que este processo pode ser realizado na própria blockchain ou por meio de exchange descentralizada.

"O mundo descentralizado, que é a real tese de cripto, continuará mais livre. Tanto é que a [plataforma descentralizada] Lido é a que possui maior quantidade de staking de Ethereum disparada", diz.

Com maior clareza dos investidores sobre os alvos dos reguladores, o bitcoin encontrou espaço para subir até US\$ 25.230. Já o ether atingiu até US\$ 1.738. No ano, o bitcoin sobe 45% e o ether, 38%.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187464

Lula anuncia salário mínimo de R\$ 1.320 e isenção do IR de R\$ 2.640

Renato Machado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou nesta quinta-feira (16) que o valor do salário mínimo passará dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320 e que a isenção do Imposto de Renda será concedida a quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640).

"É um compromisso meu com o povo brasileiro, que vamos acertar com o movimento sindical [...]. A gente vai em maio reajustar para R\$ 1.320 e estabelecer uma nova regra para o salário mínimo, que a gente já tinha no meu primeiro mandato", afirmou em entrevista à CNN.

O reajuste adicional a partir de maio foi decidido nos últimos dias, conforme mostrou a Folha. A equipe de Fernando Haddad (Fazenda) preferia inicialmente manter o número inalterado em 2023, para conter maior impacto sobre as contas públicas no momento em que busca melhorar a situação fiscal do país, mas prevaleceu a ideia de que a medida era necessária para, inclusive, evitar uma desaceleração maior na economia.

O aumento extra estava em discussão desde o período da transição, já que a equipe de Lula queria imprimir sua marca no início do primeiro ano do mandato e conceder um reajuste maior do que o originalmente proposto pelo ex-presidente JAIR BOLSONARO (PL).

Foi inclusive Bolsonaro quem assinou a MP (medida provisória) que fixou o valor atual do salário mínimo, de R\$ 1.302, que acabou tendo um reajuste real de 1,4% devido à **inflação** menor que a projetada inicialmente em 2022.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) defende que o salário mínimo suba para R\$ 1.382,71 e diz que, se o programa de valorização não tivesse sido interrompido, o piso teria uma valorização de 6,2%.

Recentemente, o governo calculou o custo do reajuste para R\$ 1.320 em R\$ 5,6 bilhões. O número considerou um cenário mais forte de concessões de aposentadoria no ano (a despesa com benefícios do **INSS** é impactada pelo salário mínimo, que é o valor mínimo de aposentadorias, pensões e auxíliosdoença). O valor é menor que os R\$ 7,7 bilhões

estimados inicialmente porque, agora, o aumento será aplicado apenas em oito meses do ano.

O custo adicional precisará ser acomodado dentro do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**. Embora o governo Lula pretenda mudar as regras que balizam os gastos públicos, incluindo o teto, ele ainda está em vigor e precisa ser respeitado pela atual gestão.

Lula também afirmou que a nova regra do salário mínimo vai considerar em sua fórmula o <u>PIB</u> (Produto Interno Bruto) e a <u>inflação</u>, como feito <u>em</u> mandato anterior dele. "Terá, além da reposição inflacionária, o crescimento do <u>PIB</u>, porque é a forma mais justa de você distribuir o crescimento da economia", disse.

"Não adianta o <u>PIB</u> crescer 14% e você não distribuir. É importante que ele cresça 5%, 6%, 7% e você distribuí-lo para a sociedade. Vamos aumentar o salário mínimo todo ano de acordo com a <u>inflação</u>. E o crescimento do <u>PIB</u> será colocado no salário mínimo", completou.

De acordo com especialistas do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), de 2003 até 2006 não houve uma regra institucionalizada de valorização do salário mínimo -embora no primeiro mandato de Lula tenha havido um aumento real de 27% no piso.

Em 2007, foi estabelecida uma política permanente de valorização do salário mínimo, que considerava o repasse da <u>inflação</u> e aumento pela variação do <u>PIB</u>. Em 2012, o mecanismo virou lei, que passou a considerar o INPC do ano anterior e a variação do <u>PIB</u> de dois anos antes -o que vigorou até o primeiro ano do governo Bolsonaro, que passou a não dar mais reajustes reais (o que só mudou no último ano do mandato).

Lula confirmou que a isenção do Imposto de Renda vai ser elevada para todos que ganharem até dois salários mínimos e disse que em algum momento, gradativamente, ela chegará a R\$ 5.000 -uma promessa de campanha do mandatário.

A elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5.000 pode custar mais de R\$ 100 bilhões, o que complica a tarefa para a equipe de

Haddad -inclusive para desenhar medidas compensatórias a fim de evitar um buraco tão grande nas contas públicas.

O presidente já chegou a afirmar que briga sobre o tema com economistas do PT por causa do tamanho da perda de receitas. "Ora, então vamos mudar a lógica. Diminuir para o pobre e aumentar para o rico", afirmou o petista no meio de janeiro, em evento no Palácio do Planalto com sindicalistas.

Haddad defende que o conjunto de mudanças no Imposto de Renda deve ficar para o segundo semestre, após a aprovação da **reforma tributária** que discutirá alterações ligadas a **tributos** sobre o consumo.

Sem reajuste na tabela desde 2015, atualmente os contribuintes com renda tributável mensal superior a R\$ 1.903,98 por mês pagam Imposto de Renda.

Notícias Relacionadas:

GAZETA DE ALAGOAS - AL LULA ANUNCIA SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 1.320 E ISENÇÃO DO IR DE R\$ 2.640

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero= 50190&maxTouch=0&_ga=2.93747551.391898770.167626

1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Governo remaneja perto de R\$ 1 tri do Orçamento

Estevão Taiar e Raphael Di Cunto De Brasília

O governo anunciou nesta quinta-feira o remanejamento de quase R\$ 1 trilhão dos recursos destinados neste ano a ministérios e órgãos federais. Ao todo, foram movimentados internamente R\$ 965 bilhões dos recursos previstos no Orçamento de 2023.

O Executivo federal também fixou os limites e o cronograma de desembolso ao longo do ano.

O remanejamento foi definido em portaria do Ministério de Planejamento e Orçamento. Pelo texto, os ministérios que receberam maior volume de recursos foram alguns dos recriados ou instituídos pela primeira vez pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como **Previdência Social** (R\$ 883 bilhões) e Cidades (R\$ 20 bilhões).

Em sentido oposto, perderam recursos pastas que foram desmembradas, como: Trabalho e Emprego (R\$ 883 bilhões) e Integração e Desenvolvimento Regional (R\$ 28 bilhões).

Em outra medida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto que estabelece a programação orçamentária e financeira do governo. O texto prevê R\$ 194,8 bilhões em despesas discricionárias, sobre as quais Executivo tem maior margem de manobra, como investimentos e programas governamentais.

Desse montante, R\$ 66,6 bilhões poderão ser desembolsados até março. Em nota, o Ministério do Planejamento informou que a limitação é uma "questão prudencial e com o objetivo de promover uma gestão fiscal planejada".

Um possível contingenciamento só ocorrerá em março.

Os ministérios da Saúde e da Educação serão os com maior verba discricionária. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, terá R\$ 40,85 bilhões (dos quais R\$ 14,6 bilhões são de emendas parlamentares impositivas). Já o titular da Educação, Camilo Santana (PT), comandará R\$ 30,1 bilhões (dos quais R\$ 1,3 bilhão é de emendas dos parlamentares).

Em seguida estão dois ministérios controlados pelo

MDB: o das Cidades, responsável pelas obras do Minha Casa, Minha Vida, com R\$ 18,9 bilhões de despesas discricionárias primárias; e o dos Transportes, com orçamento de R\$ 18,4 bilhões.

As pastas controladas pelo União Brasil terão, ao todo, R\$ 11,9 bilhões para investimentos e programas. O Desenvolvimento Regional responde pela maior fatia, de R\$ 9,9 bilhões, enquanto a pasta das Comunicações terá R\$ 1,2 bilhão e o Turismo, R\$ 693 milhões. Apesar disso, o partido se declarou independente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e disse que avaliará sua posição projeto a projeto.

O PSD será o partido da base aliada com menor fatia de recursos discricionários, dentre as siglas de centro que aderiram ao governo Lula. O Ministério da Agricultura terá R\$ 2,8 bilhões, o de Minas e Energia, R\$ 637 milhões, e o da Pesca, R\$ 275 milhões.

Os dois ministérios com menor volume de recursos são novas pastas criadas por Lula. O Ministério das Mulheres terá R\$ 34,8 milhões para despesas discricionárias e o Ministério da Igualdade Racial, apenas R\$ 4,5 milhões para executar suas ações. O gabinete da Vice-Presidência, por exemplo, terá valor maior, de R\$ 6,1 milhões. O dos Povos Indígenas terá R\$ 232 milhões para executar suas ações, o quarto menor volume de verbas da Esplanada.

Site:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187464?page=1 §ion=1

Mudar a meta requer as contas fiscais em ordem (Artigo)

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang Nome foi diretor de Política Econômica do Banco Central e é assessor da presidência e professor da FGV, sócio da Sarpen Quant Investments.

Desde a eleição de Lula, muito tem sido falado sobre a meta para a <u>inflação</u> no Brasil. O próprio presidente defendeu que a meta seja aumentada para 4,5% ao ano (usada aqui entre 2005 e 2018). Em 31 de janeiro de 2017, o então presidente do Banco Central do Brasil declarou que a meta para a <u>inflação</u> do nosso país deveria convergir a médio prazo para 3% ao ano, como no Chile e México.

A meta foi paulatinamente reduzida desde 2019, e atingirá 3% ano que vem. Desde fevereiro de 2017, eu já escrevi 11 artigos e dei muitas entrevistas sobre a meta para a **inflação** no Brasil, defendendo a mesma ideia: a meta de 3% é muito baixa.

Gostaria de esclarecer por que defendo este ponto e explicar as pré-condições para alterações na meta existente. Deixarei claro em meu raciocínio abaixo, que as condições para mudança da meta poderão vir a existir, mas no momento estamos bem longe disso.

De fato, modificar a meta neste ambiente de incerteza sobre a solvência fiscal do nosso país (ou seja, sem sabermos como será o novo arcabouço fiscal, cujo objetivo deverá ser manter a relação dívida/PIB sob controle) é muito perigoso. Provavelmente, uma mudança neste ambiente fiscal conturbado e expansionista teria efeito contrário ao desejado, diminuindo ainda mais a credibilidade do regime de metas.

Por que a meta no Brasil não pode ser igual a de países emergentes comparáveis? A razão é simples. Nós temos um problema fiscal crônico, por conta do fato de termos um orçamento muito rígido em termos nominais. As aposentadorias pelo **INSS** crescem com a **inflação** e muitas vezes acima. O gasto com funcionários públicos não pode ser reduzido em termos nominais, pois há estabilidade no emprego e seus salários e aposentadorias não podem ser reduzidos.

Isto quer dizer que o Brasil tem cerca de 28% do <u>PIB</u> de gastos nestes itens, o que quer dizer que mais de 75% das despesas não podem reduzidas em termos

nominais. Chile e México, países emergentes latinoamericanos, têm gastos com estas rubricas que são de 8% a 10% do <u>PIB</u> menores. Como o país não consegue aprovar uma reforma administrativa e nem se fala numa nova reforma da previdência, a única forma que existe de contenção de gastos é pelo reajuste dos salários do setor público abaixo da inflação.

Para isso, a taxa de <u>inflação</u> média a longo prazo deveria ser um pouco superior à de Chile e México, que têm meta de 3% ao ano. (O estudo teórico da interação da meta com o fiscal tem sido feito por Aloisio Araújo (FGV-EPGE e IMPA) e vários de seus co-autores). Observe que este argumento utiliza o fato de haver apenas pequenos desequilíbrios fiscais (que podem ser corrigidos com reajustes de remuneração do setor público ligeiramente abaixo da <u>inflação</u>). Números altos de desajuste fiscal, de 2% a 2,5% do <u>PIB</u> como o que temos agora, exigem inflações muito altas, e que não cabem neste raciocínio gradualista.

Como consequência, manter a meta muito baixa faz com que o Bacen erre a meta muito frequentemente (ou o Copom teria que manter juros elevadíssimos por muito tempo, o que na prática não pode ser feito). Desta maneira, para resgatar parte desta credibilidade perdida por errar a meta repetidas vezes, poder-se-ia pensar em metas mais elevadas, nas cercanias de 4 a 4,5% ao ano.

No entanto, elevar a meta sem levar em conta os grandes desbalanceamentos fiscais que temos, pode ter efeito contrário ao desejado. O caso da Argentina em 2017 ilustra os riscos de mudanças não bem planejadas. A <u>inflação</u> em 2017 foi de 24,8%. O teto da <u>inflação</u> em 2018erade 12%. Em fins de 2017 o governo Macri alterou esta meta de teto da <u>inflação</u> para 15%. Sem que houvesse outros elementos assegurando que esta modificação poderia ser cumprida. O resultado foi desastroso: houve desvalorização do peso e a <u>inflação</u> de 2018 atingiu 47,6% (site do El País Internacional. 16/1/2019).

Importante mencionar que o ambiente fiscal no momento não é propício para a alteração pura e simples da meta. A razão básica para isto é a desconfiança em relação ao equilíbrio fiscal. Um bom termômetro da confiança no governo seria a taxa de juros das NTN-Bs de 2050 que está em 6,45% ao ano.

Olhando a média da taxa da NTN-B de 2050 entre janeiro de 2017 (quando começou a discussão sobre a redução da meta) até fim de outubro de 2022 (quando Lula foi eleito para seu 30 mandato), obtemos 5,07% (usando dados da Bloomberg).

Novamente, é bem claro por que isto está acontecendo: desconfiança em relação à solvência da dívida pública brasileira, já que em modo geral o governo tem dado sinais contraditórios - na prática tem adotado medidas que são muito expansionistas. Com as regras atuais as medidas da relação dívida/PIB são crescentes e chegarão em 2024 a 79,8% do PIB, segundo a IFI (Instituição Fiscal Independente) ou 82,4% do PIB segundo o BTG Pactual (Mansueto Almeida é o responsável por esta projeção). Ambas estimativas bem superiores ao valor em dezembro de 2022, queé73,5%doPIB.

Desta forma, para mudar a meta precisamos ter uma volta à relativa calma fiscal. O que é preciso para isto? Note-se que as medidas que foram tomadas pelo ministro Haddad foram insuficientes (basta ver as projeções de déficit e de dívida/PIB que mostramos acima). É necessário ter uma regra fiscal de médio e longo prazo crível. Segundo o ministro, o arcabouço fiscal será conhecido provavelmente antes do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Congresso.

O ponto essencial é que a regra tem que ser crível. Como vamos saber isso? Uma forma simples é olhar o comportamento da taxa de juros de longo prazo, pelas NTN-Bs de 2050. Se houver uma reversão à média pré-Lula, de 5,07% será claro que as pessoas acreditam que a regra funcionará.

Aí teremos condições de alterar a meta para a inflação de longo prazo no Brasil. Como fazê-lo sem que o Bacen perca credibilidade mais do que adquirirá pela meta mais elevada? Temos duas experiências de elevação da meta. Uma em julho de 2002, onde nada foi feito após a mudança, apenas uma queda mais rápida da Selic, que levou à deterioração das expectativas. Outra, muito bem sucedida, que foi em janeiro de 2003, quando a carta aberta do presidente do Bacen alterou as metas de 2003 e 2004. Uma trajetória esperada de inflação foi proposta e a autoridade monetária conseguiu seguir razoavelmente o que havia sido proposto, junto com um aperto fiscal que Antonio Palocci e Joaquim Levy promoveram. A credibilidade do regime foi reconquistada.

A meta para a **inflação** de 3% no Brasil é muito baixa. Este assunto tem sido discutido desde janeiro de 2017, quando o então presidente do Bacen mencionou o desejo de reduzir a meta de então (4,5% ao ano) para este valor. A despeito da falta de fundamentação para esta diminuição (Alex Ribeiro, do Valor, em

reportagem de 21/6/2019, "Votos mostram falta de estudo técnico para meta de inflação") e das críticas que recebeu, o CMN continuou a baixar a meta e ano que vem atinge os famosos 3% ao ano. Recentemente o presidente Lula mencionou que acha que a meta de 4,5% funcionava muito bem. Isto tem trazido à baila a discussão estrutural sobre o nível ótimo da meta. No entanto, para que haja mudança bem sucedida da meta, é necessário que uma pré-condição seja obtida: temos que ter uma regra fiscal crível para o médio e longo prazos. Alterar a meta sem esta condição poderá levar a uma perda de credibilidade muito maior que o ganho que a meta mais alta traria.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE Mudar a meta requer as contas fiscais em ordem

Site:

https://valor.globo.com/virador#/edition/187464?page=1 §ion=1

Pacote fiscal lanhado (Editorial)

O governo fechou acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o retorno do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Quando houver empate nos julgamentos do conselho, os contribuintes poderão se livrar dos juros e multa sobre dívidas tributárias, desde que aceitem pagar o valor principal do débito e não levem a disputa à Justiça. A negociação não foi exatamente um gesto de boa vontade do governo, mas uma forma de evitar o desmonte de um dos pilares do pacote fiscal anunciado em janeiro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Câmara e Senado já haviam deixado claro que resistiam a essa medida, e a OAB havia entrado com ação no Supre mo Tribunal Federal (STF) para derrubá-la, de forma que a chance de o governo ser derrotado não era desprezível. Embora ainda seja preciso aguardar o Congresso dar aval ao texto acordado, Haddad considerou a negociação positiva, por entender que ela garantiu a volta do voto de qualidade, como ele desejava.

Na posição em que o ministro está, é compreensível que ele tenha de manter um discurso otimista. Haddad, inclusive, reafirmou a estimativa de arrecadação que viria das medidas relacionadas ao **Carf**, de R\$ 50 bilhões. A meta já era considerada fantasiosa antes mesmo do acordo, mas o ponto não é esse. O episódio é mais um, entre muitos, a reforçar o quão irreal é esperar que o governo entregue as contas públicas em um nível um pouco mais equilibrado.

Antes mesmo de tomar posse, a equipe do presidente Lula da Silva contratou um considerável aumento de gastos com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Muito além da recomposição da verba de programas sociais, o texto elevou a projeção do déficit primário a R\$ 231,55 bilhões. Haddad se disse incomodado com o número e, por isso, imaginava-se que ele atuaria para conter o ímpeto gastador de seus correligionários. Ledo engano. Em pouco mais de 45 dias, o governo sinalizou apoio a novas despesas e disposição de abrir mão de mais receitas.

Já de início, o Executivo desistiu de reonerar os combustíveis. O salário mínimo - piso dos benefícios da **Previdência Social** e um dos principais dispêndios obrigatórios da União - já teria aumento real de 1,4% e seria elevado a R\$ 1.302 a partir de maio, mas agora irá a R\$ 1.320. A tabela do Imposto de Renda da

Pessoa Física (IRPF), que não é atualizada desde 2014, será reajustada para isentar quem receber até dois salários mínimos em 2024. A justeza das medidas é indiscutível, bem como seus impactos sobre as contas públicas. Por outro lado, até agora, o governo não apresentou a âncora fiscal que pretende adotar no lugar do teto de gastos, tampouco começou a trabalhar pela aprovação de uma **reforma tributária** que venha a compensar essas perdas.

Lula tem preferido gastar toda a sua verve para atacar a autonomia do Banco Central (BC), o atual nível da taxa básica de juros e a rigidez das metas de inflação. E, ao contrário do que o presidente tem pregado, parte do mercado concorda com suas críticas. Muitos acham que as metas de inflação são inalcançáveis e precisam ser mais realistas. Vários acreditam que o BC errou ao reduzir a Selic a 2% em 2020 e demorou a desfazer esse equívoco. Há quem diga que o governo Bolsonaro legou uma involução ao País em termos de gastos públicos permanentes. E quem diz isso não é a "meninada que fica no computador dando ordem de compra e venda", como Haddad ironizou em evento do BTG, mas Rogério Xavier e Luis Stuhlberger, gestores de alguns dos fundos de investimentos mais bem-sucedidos do mercado.

Na mesma conferência, Xavier explicou aquilo que, aparentemente, ninguém havia contado ao governo. Não é a eventual mudança nas metas - medida que, aliás, o gestor fez questão de dizer que apoia - que fez com que os investidores voltassem a apostar em uma inflação mais elevada. As incertezas vêm das muitas evidências a confirmar a completa falta de credibilidade da política fiscal do governo. Seria muito bom que Haddad e Lula assimilassem integralmente essa mensagem.»

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Fim de fraude no Bolsa Família poderia bancar salário mínimo de R\$ 1.320

Do UOL, em Brasília

Se o governo encontrar e estancar fraudes no Bolsa Família, a economia com isso poderia bancar o novo salário mínimo de R\$ 1.320. O UOL apurou que o governo avalia essa alternativa. Está sendo feito um pente-fino para pegar esses fraudadores.

O governo estima que as fraudes no Bolsa Família cheguem a 2,5 milhões de beneficiários, somando R\$ 18 bilhões em verbas. O custo para aumentar o salário-mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320 é estimado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o novo valor nesta quinta-feira (16) . Mas o problema é de onde vai sair o dinheiro. O governo busca espaço no Orçamento.

O dinheiro economizado nas fraudes do Bolsa Família poderia resolver essa questão, segundo apurou o UOL com uma fonte do PT. Integrantes do governo afirmam que ainda falta tempo para fechar as contas sobre o aumento do salário, que será em maio. Só será preciso ampliar as despesas se não for desrespeitado o teto de gastos

A equipe econômica precisa mostrar de onde vai cortar para aumentar o saláio mínimo -que impacta em outras contas, como o **INSS**. Ao definir que um programa vai custar menos do que o previsto inicialmente, como é o caso do Bolsa Família, é possível realocar recursos.

Site:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/17/salario-minimo.htm

Reforma administrativa não é prioridade, afirma Haddad - SERVIDOR

Julia Noia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que a reforma administrativa não é prioridade do governo Lula. A declaração foi feita em jantar com empresários na noite desta quarta-feira. O principal objetivo da proposta é alterar o regime dos **servidores públicos**. A medida foi usada como bandeira pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro como forma de cortar gastos.

Para o ministro, é "ilusório" achar que a mudança nas regras para **servidores públicos** irá representar redução de despesas.

Entre as reformas que serviram como bandeira do governo Bolsonaro, a administrativa foi a que avançou menos - o texto foi enviado à Câmara dos Deputados em 2020, mas foi alterado na Casa pelo relator do tema, o deputado Arthur Maia, e sem previsão de discussão no plenário.

A discussão foi alvo de duas críticas dos servidores, que afirmaram, à época, que tanto o texto defendido pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto do relator Arthur Maia, desidratavam o serviço público e não atendiam às demandas das categorias.

No encontro desta quarta-feira, Haddad reiterou que a prioridade é a **reforma tributária** e, por isso, a mudança para servidores não passará na frente. O ministro ainda disse que os maiores salários estão no Judiciário e no Legislativo, e não no Executivo.

A despesa com a folha dos servidores é a segunda maior do governo federal, em cerca de R\$ 300 bilhões por ano, atrás apenas dos gastos com a Previdência. Hoje, a União tem mais de 995 mil servidores ativos e mais de 1,1 milhão de vínculos, segundo dados oficiais.

Audiência discutirá convocação na área da segurança

A Comissão de **Servidores Públicos** da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), agora sob o comando da deputada Martha Rocha (PDT), vai organizar, na primeira quinzena de março, uma audiência pública para discutir convocações de agentes da segurança pública.

A reunião vai contemplar chamamentos para as polícias Civil e Miliar, para o Corpo de Bombeiros e para a Secretaria de Administração Penitenciária, e deve ter a participação dos titulares das pastas. A nova titular aguarda informações reunidas pelo expresidente da comissão, o deputado Rodrigo Amorim.

Augusto Aras questiona bolsa de reforço escolar

O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar norma da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que institui bolsa de reforço escolar para servidores. Aras argumenta que a regra fere princípios de igualdade, impessoalidade, moralidade e legalidade no serviço público, e que o dever estatal de incentivar a educação deve ser feito através de políticas públicas. Ele pede ainda que o STF conceda uma liminar para suspender imediatamente os efeitos das normas, apontando o impacto financeiro da medida aos cofres estaduais.

Site: http://extra-globo.pressreader.com/extra

"Prévia" do PIB de 2022, do BC, tem alta de 2,9% e indica desaceleração

R E N A N M O N T E I R O renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA - 0 Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central (BC), considerado uma prévia do PIB, registrou alta de 2,9% no ano de 2022, conforme dados divulgados pela autoridade monetária nesta quinta-feira.

Em 2019, houve aumento de 1,05%. Já em 2020 e 2021, respectivamente, houve queda de 4,2% e alta de 4,6%, no cenário influenciado pela pandemia de Covid-19.

Com o fim das restrições para atividades, o setor de serviços é um dos principais responsáveis pelos resultados do ano passado, com um impulso após a queda durante a pandemia. Nos últimos meses, porém, o índice geral do BC registrou retração.

Em novembro foi registrada baixa de 0,55% (revisada para -0,77%), a quarta consecutiva na escala mensal. O crédito caro é um dos fatores para o crescimento "moderado" no ano, segundo especialistas. O impacto é visto em setores como a indústria: - Com juros altos a indústria acaba perdendo a força, inclusive no número de contratações. Sofre também com a alta do dólar, muitos produtos são importados. Deve haver um favorecimento com a **reforma tributária**, mas os efeitos não são imediatos - diz Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos.

Para o cálculo do IBC-Br são considerados setores como indústria, agropecuária e serviços. Diferentemente do <u>PIB</u>, mensurado pelo IBGE, o índice do Banco Central não considera a demanda de consumidores.

Levantamento da Genial Investimentos, com base nos dados do BC, aponta para uma queda de 0,7% na indústria, após alta de 3,9% em 2021. O varejo, especificamente, apresentou avanço de 1,0% no ano, a menor alta registrada desde 2017, incluindo o período da pandemia em 2020. Já o serviço avançou 8,3% no ano. Em 2023, essa tendência deve continuar: "A desaceleração econômica já está em curso. Nossas expectativas para indústria e varejo são pessimistas, à medida que o cenário macroeconômico adverso está cada vez mais desafiador para esses setores. O encarecimento do crédito e aumento da inadimplência, consequências do ciclo de aperto

monetário, além do processo de desaceleração global, são fatores de incerteza", aponta o relatório da corretora.

O resultado oficial do **PIB**, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, será divulgado somente em 2 de março.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

1,00/6
É o avanço no varejo
estimado em levantamento da
Genial Investimentos, com base
nos dados do IBC-Br, divulgado
ontem pelo Banco Central

Fazenda mostra a Lula que meta de inflação não é a causa do juro alto

ALVARO GRIBEL E FERNANDA TRISOTTO economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA

Um estudo elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), ligada ao Ministério da Fazenda, mostrou ao presidente Lula que a meta de inflação no país não é a principal causa para os juros elevados. A ideia da Fazenda é convencer o presidente de que o melhor caminho para se conseguir a redução da Taxa Selic -atualmente em 13,75% ao ano e considerada exorbitante pela equipe econômica-não é focar esforços no aumento da meta de inflação.

Lula, segundo interlocutores do governo, teria se impressionado com os dados e isso quer dizer que pode atenuar as críticas às metas de **inflação**. Ontem mesmo, em entrevista à CNN, o presidente não tocou no assunto, apesar de ter questionado o mercado e a autonomia do Banco Central.

Os números que mexeram com a cabeça do presidente estão na tabela ao lado. Em uma lista de países emergentes e desenvolvidos há metas de **inflação** mais baixas do que as do Brasil e ainda assim os nossos juros reais são muito mais elevados, na casa dos 8%. "Não é aumentando a meta que os juros vão cair, nem reduzindo a meta que a **inflação** também ficará menor. Isso parece claro nesses dados", afirmou um técnico da equipe econômica.

CMN: REUNIÃO DE 28 MINUTOS De 2005 a 2018, as metas de inflação no Brasil foram definidas em 4,5%. De 2019 para cá, no entanto, elas vem caindo progressivamente e no ano que vem chegarão a 3%. Lula continua achando que os números estão baixos demais e isso foi reforçado pela fala de três pesospesados do mercado financeiro, em evento do banco BTG esta semana, em São Paulo. Mas, por ora, o presidente se convenceu de que essa não é a principal explicação para os juros no Brasil.

Ontem, a aguardada reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) foi rápida e não incluiu na pauta uma mudança nas metas. O encontro durou apenas 28 minutos, começou às 15h18 e foi encerrado às 15h46. Além do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da ministra do Planejamento, Simone Tebet, e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, técnicos do BC e dos ministérios participaram da reunião.

A reunião curta, no entanto, não foi o único compromisso entre Campos Neto, Haddad e Tebet ontem. O trio teve um almoço reservado em Brasília. Eles permaneceram juntos por mais de duas horas, sem a presença de técnicos ou assessores.

O grande temor do Banco Central é que o aumento da meta de **inflação** tenha um efeito imediato sobre as expectativas. Elas ficariam mais altas e levariam a um aperto ainda maior da Selic. Por isso, Campos Neto tem dito que o efeito pode ser "o contrário do esperado" pelo presidente Lula.

Outro ponto que chamou a atenção do presidente Lula nos dados da SPE foi a informação de que apenas Brasil e Turquia utilizam metas de <u>inflação</u> tendo como referência o ano-calendário. Isso obriga o Banco Central a levar a <u>inflação</u> à meta obrigatoriamente no mês de dezembro de cada ano. Do contrário, a autoridade monetária é obrigada a elaborar uma carta à Fazenda para dar explicações. A ideia é que seja debatida a possibilidade de alteração do cumprimento da meta "no horizonte relevante", ou seja, sem um mês definido.

ARCABOUÇO FISCAL O estudo da SPE mostrou o Brasil relativamente em linha com outros países em vários indicadores: taxa de <u>inflação</u> corrente, desvio da meta, reservas cambiais, risco-país e endividamento bruto. Por isso, permanece a ideia no Executivo de que não faz sentido o BC continuar mantendo a Selic em 13,75%. A pressão sobre Campos Neto deve continuar, principalmente por políticos do PT e integrantes da base.

Na visão do BC, a principal aposta para a redução dos juros está na apresentação do novo arcabouço fiscal, antecipado para março pelo ministro Haddad, e na **reforma tributária**. Esses dois projetos podem dar a confiança aos diretores do Copom para começar a cortar a Selic este ano.

Após a reunião de ontem, o CMN informou que avaliou a prestação de contas do Banco Central, que em 2022 apresentou resultado negativo de R\$ 298,5 bilhões. Esse resultado é reflexo do prejuízo com operações com reservas e derivativos cambiais, que fecharam 2022 com desempenho negativo de R\$ 326,5 bilhões. As demais operações somaram R\$ 28 bilhões.

O GLOBO / RJ - ECONOMIA - pág.: 14. Sex, 17 de Fevereiro de 2023 REFORMA TRIBUTÁRIA

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ Fazenda mostra a Lula que meta de $\underline{\text{inflação}}$ não é a causa do juro alto

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Veja como o Brasil se situa em relação aos parâmetros usados por outros países



Editoria de Arte

Estados e Tesouro esperam chegar a acordo para recompor ICMS até março



Lu Aiko Otta De Brasília

Estados e Tesouro Nacional esperam chegar até março a um acordo sobre a reposição das perdas na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia, transportes e comunicações, ocorridas em 2022, por causa da redução de alíquotas. "É algo complexo que avançou, e esperamos concluir isso no próximo mês", disse ao Valor Fiscal governador de Piauí, Rafael Fonteles, escalado pelo Fórum de Governadores para coordenar o debate.

No início das negociações, os Estados estimavam perdas de R\$ 45 bilhões em 2022. A União ofereceu compensação de R\$ 13 bilhões. Na rodada mais recente, as cifras já estavam em R\$ 30 bilhões e R\$ 24 bilhões, respectivamente.

"Está próximo, em relação ao montante", comentou Fonteles.

Há outras questões a serem resolvidas.

Uma é o prazo em que será feita a compensação. Outra, a forma. Alguns Estados obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) para descontar a perda do ICMS dos pagamentos de dívida que precisariam fazer ao Tesouro. Porém, algumas unidades da federação não têm dívida com o Tesouro, por isso precisam receber a compensação de outra forma.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse em entrevista publicada na edição de quinta-

feira do Valor que haverá algum impacto primário decorrente desse acordo. Adiantou que os valores são pequenos e podem ser acomodados no Orçamento.

A compensação das perdas ocorridas em 2022 é prioridade dos Estados, porque ajudará a equacionar os orçamentos deste ano. Porém, há outras discussões em pauta que trazem impacto no caixa dos entes subnacionais. Por exemplo, a inclusão ou não de duas taxas do sistema elétrico na base do ICMS: a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) e a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust). Cautelar concedida esta semana pelo ministro Luiz Fux permitiu a inclusão, o que evitará perdas bilionárias aos Estados.

Há outros temas conexos a essa mesma agenda, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamou de "lambança" das leis complementares 192 e 194 (que reduziram o ICMS). Um deles é uma discussão, no STF, sobre quando deveria ter sido iniciada a cobrança do Diferencial de Alíquota (Difal) do ICMS. As perdas sem a cobrança chegariam a R\$ 9,2 bilhões em 2022. O Valor informou ontem que Haddad se alinhou aos Estados nessa discussão.

Todos esses pontos estão sendo negociados com o Tesouro, com o STF e também com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), informou Fonteles. O objetivo é dar estabilidade jurídica e política aos entendimentos. "Não adianta nada chegar a um acordo e depois ele ser mudado por outro Poder", explicou. É importante que o Legislativo tenha conhecimento, para que não seja aprovada alguma lei que torne inviável esses entendimentos, explicou.

O objetivo é superar toda essa discussão até março para que os governadores possam se engajar na discussão da **reforma tributária** a partir de abril, disse Fonteles.

O corte nas alíquotas do ICMS consistiu no "maior ataque ao pacto federativo desde a redemocratização", na avaliação do presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados, Carlos Eduardo Xavier, que é secretário do Rio Grande do Norte. As negociações em curso com o Tesouro para compensar as perdas ocorridas no ano passado permitirão aos Estados atravessar o ano de

2023, disse.

Nos próximos meses, os Estados terão uma mudança delicada a fazer. Um acordo com o governo federal e o STF no ano passado prevê que, a partir de 1o de abril, o óleo diesel recolherá ICMS de maneira uniforme em todo o país, na forma ad rem (um valor fixo em reais por litro, e não um percentual). Como hoje as alíquotas são diferentes, haverá aumento de tributo em alguns Estados e redução em outros.

"É preciso olhar para a viabilidade fiscal do Estado e para os impactos na economia", comentou Xavier. Essa mudança é acompanhada com atenção pelo Ministério da Fazenda.

Site:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187464?page=1 §ion=1

Artigo: Reforma tributária Quae Sera Tamen

Roberto Giannetti da Fonseca

Tomo aqui emprestada a icônica expressão latina inserida na bandeira mineira, Libertas Quae Sera Tamen, que significa liberdade ainda que tardia, para afirmar o mesmo da reforma tributária, tão necessária para promover o aperfeiçoamento da economia brasileira, mas tantas vezes adiada no passado recente. Parece que desta vez vai acontecer, pois vejo a sinceridade intencional nos olhos e expressões dos agentes públicos e privados envolvidos. No entanto, restam alguns desafios no modelo a ser apresentado para aprovação do Congresso Nacional que precisam ser devidamente enunciados para evitar possíveis obstáculos na sua tramitação.

Se, por um lado, a desejada reforma objetiva simplificar a manicômica estrutura tributária que com destreza masoquista criamos ao longo das últimas décadas; por outro, corre-se o risco de acirrar conflitos distributivos latentes nos tecidos social, político e econômico da sociedade brasileira. Entre essas possibilidades, destaco os dois mais graves: primeiro entre o Fisco e os ditos contribuintes, ou seja, todos nós, pessoas físicas e jurídicas brasileiras. Promete-se a neutralidade da carga fiscal, considerada bastante alta para um país de renda média e com grave desequilíbrio na distribuição de renda. Mas, na verdade, teme-se a voracidade fiscal na calibragem das alíquotas do novo Imposto de Bens e Serviços, o qual virá substituir, num único tributo, cinco outros hoje cobrados pelos entes federados à população brasileira.

A calibragem justa e inteligente precisa levar em conta que, numa fase imediatamente subsequente, está sendo proposta a elevação da progressividade do Imposto de Renda para, com isso, abrir espaço para a redução do imposto regressivo sobre o consumo, movimento que beneficiará a grande maioria da população brasileira. Espera-se que, como ocorre com o consagrado modelo do IVA da União Europeia, no caso brasileiro seja adotado o modelo de alíquotas seletivas e diferenciadas, que possibilite uma taxação compatível com o grau de essencialidade dos diversos bens e serviços consumidos no país. A utopia da alíquota única pode, a princípio, parecer mais simples, mas trará como consequência graves distorções nos preços relativos, pressão inflacionária, maior regressividade tributária e estímulo à informalidade e à sonegação.

Outro risco distributivo percebido se insere no contexto intersetorial, ou seja, na distribuição da carga tributária entre os setores produtivos de nossa economia. Em princípio, ao se reduzir a elevada carga tributária do setor industrial, o que é legítimo e desejável, corre-se o risco de sobretaxar os setores de serviços e agronegócios e, com isso, provocar efeitos danosos sobre o nível de demanda de bens essenciais como alimentos, serviços básicos e, consequentemente, sobre o nível de emprego e renda de grande parte da população brasileira. Isso aumentaria ainda mais a criticada regressividade da estrutura tributária brasileira, que sobretaxa mais o consumo do que a renda.

A recomendação é de fazer essa calibragem com muito critério, equilíbrio e negociação entre as confederações que representam o setor privado, buscando uma solução consensual e convergente que, ao mesmo tempo, elimine tanto quanto possível a elevada informalidade, a sonegação e as bilionárias fraudes tributárias que persistem na economia brasileira como, por exemplo, no setor de combustíveis.

Tributar investimentos e exportações é outro grave desatino da atual estrutura tributária vigente. Uma idiotice que só traz perda de competitividade internacional, alta litigiosidade jurídica e crescente insegurança jurídica ao setor produtivo. Se a **reforma tributária** for bem elaborada para corrigir esses equívocos disfuncionais, diversos regimes especiais, criados ao longo das últimas décadas, poderão ser revogados e se tornarem desnecessários. Está na hora de corrigirmos definitivamente essa perversa sanha fiscalista de agir contra a lógica econômica e a razoabilidade tributária.

Enfim, temos agora a histórica oportunidade de negociar à exaustão para que o modelo tributário que venha a ser aprovado seja tanto quanto possível um modelo justo, neutro, simples e factível, que traga como consequência um vigoroso estímulo ao desenvolvimento socioeconômico da nação brasileira, mesmo e ainda que tardio.

Site:

http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/02/50 74344-artigo-reforma-tributaria-quae-sera-tamen.html

Governo americano volta a investir com força na economia (Artigo)

Paulo Gala

Quando foi eleito, o presidente Joe Biden anunciou o maior programa de investimento público desde o New Deal para reconstruir a infraestrutura do país e reposicionar os Estados Unidos para competir com a China. O Plano Biden pretende criar e reformar pontes, portos, aeroportos, refazer toda a infraestrutura de água (inclusive substituindo todos os canos de chumbo), fazer retrofit de prédios comerciais e residenciais para que usem energia mais eficiente, modernizar escolas e hospitais e revitalizar a infraestrutura digital, entre outras ações.

Há três aspectos interessantes, que chamam atenção.

O primeiro deles é a questão da sustentabilidade: há uma grande ênfase em que a reconstrução tem de ser feita substituindo a atual infraestrutura por uma sustentável e resiliente.

O segundo aspecto é o lado social. Uma parte do plano visa compensar os trabalhadores da saúde oferecendo benefício para os cuidadores (home care), há diversas ações para reduzir as desigualdades raciais, de gênero e mesmo a regional. O terceiro ponto que chama atenção é a ênfase em que os investimentos produzam empregos de boa qualidade com salários dignos e direito a se filiar a um sindicato e negociar coletivamente.

Nos últimos dois anos, Biden e os democratas promulgaram uma série de leis para reativar a manufatura nos Estados Unidos: um pacote de investimentos de mais de US\$ 2 trilhões. A Lei dos chips, aprovada em julho de 2022, inclui US\$ 39 bilhões para estimular a produção nacional de semicondutores, juntamente com investimentos ainda maiores em pesquisa e desenvolvimento.

A Lei de Redução da Inflação (IRA), aprovada em agosto de 2022, aumenta os incentivos para energia limpa de várias maneiras, incluindo créditos fiscais para manufatura. O Congressional Budget Office estima que isso custará US\$ 37 bilhões ao longo de uma década, embora possa ser muito mais, já que o IRA não limita o valor total dos créditos que podem ser concedidos.

Também existem subsídios indiretos para os

fabricantes na forma de créditos fiscais e para os consumidores que comprem produtos fabricados nos Estados Unidos. Há uma infinidade de novos regulamentos favoráveis às manufaturas americanas, como as regras "Buy American" para compras governamentais, algo que já vinha sendo praticado desde o governo Trump.

Em 2021, o Congresso também aprovou US\$ 1,2 trilhão em gastos em infraestrutura, destinados em parte a tornar a manufatura americana mais competitiva.

Os subsídios se aplicam principalmente a duas indústrias: energia limpa e semicondutores. A intenção não é apenas estimular a fabricação, mas também conter as mudanças climáticas, limitar a dependência da China e estimular partes dos EUA que ficaram para trás.

Esses esforços para fomentar certas indústrias já parecem estar trazendo frutos. As montadoras anunciaram US\$ 68 bilhões em projetos em 2021 e 2022 - o maior boom de construção do setor em décadas.

Desde que Biden se tornou presidente, indústrias anunciaram cerca de US\$ 290 bilhões em novos investimentos nessas áreas. A General Motors anunciou recentemente um investimento de US\$ 650 milhões em um nova mina de lítio em Nevada.

Analistas avaliam que os painéis solares fabricados nos Estados Unidos poderão atender a 90% da demanda doméstica até 2030, uma perspectiva que teria sido inimaginável antes das novas leis e subsídios do Plano Biden.

Tudo isso marca uma grande mudança na política econômica americana.

Nos últimos 40 anos, sucessivos governos seguiram uma receita diferente para o crescimento: acordos de livre comércio, **impostos** baixos e relativamente pouca regulamentação.

Agora, os investimentos do Plano Biden têm por objetivo usar materiais mais sustentáveis e inovadores, incluindo aço e cimento mais limpos e peças e componentes produzidos nos EUA. Os

investimentos em infraestrutura irão mitigar as disparidades socioeconômicas, promover a equidade racial e promover o acesso a oportunidades.

Nas últimas décadas, os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento (P D) caíram como porcentagem do <u>PIB</u> nos EUA. Países como a China estão investindo agressivamente em ciência e tecnologia, e a China agora ocupa o segundo lugar no mundo em gastos nessa área. Para recuperar a hegemonia, Biden acredita que os Estados Unidos devem voltar a investir em pesquisadores, laboratórios e universidades em todo o país.

Esse grande movimento do governo americano muda as condições de competição por capitais no mundo. Governos da Europa e do Leste Asiático estão desenhando planos semelhantes. O governo brasileiro precisa entrar nessa briga o quanto antes, sob risco de ficarmos para trás de novo.

Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economistachefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP Governo americano volta a investir com força na economia

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

País tem 65,2 milhões de inadimplentes

Rafaela Gonçalves

O número de inadimplentes no país voltou a crescer em janeiro, atingindo 65,2 milhões de brasileiros. Segundo um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 7,74% em relação ao mesmo período de 2022. O montante aponta que quatro em cada 10 brasileiros adultos (40,15%) estavam negativados no mês passado.

O número de dívidas em atraso também teve crescimento - de 17,87% - em relação a janeiro de 2022. "O início do ano é sempre um período de gastos extras, e o consumidor ainda acumula as dívidas feitas nos períodos de Natal e férias", destacou o presidente da CNDL, José César da Costa.

Em janeiro, cada consumidor negativado devia, em média, R\$ 3.883,63 na soma de todas as dívidas. Considerando todas essas dívidas, cada inadimplente deve, em média, para 2,02 empresas credoras. Destaca-se a evolução das dívidas com o setor de bancos, que registrou crescimento de 29,93%, seguido das com concessionárias de água e luz, que avançaram 11,66%.

Em termos de participação, o setor credor que concentra a maior parte das dívidas é o de bancos, com 63,04% do total. Na sequência, aparece o comércio, com 11,78%, o setor de água e luz, com 10,80%, e comunicação, que responde por 7,67% do total de dívidas.

Avaliando o perfil dos negativados, a participação mais expressiva está na faixa etária de 30 a 39 anos - são 16,15 milhões de pessoas. O montante equivale a 47,30% do total deste grupo etário. A inadimplência também segue bem distribuída entre os sexos: 50,88% mulheres e 49,12% homens.

O cenário de desaceleração da atividade econômica, <u>inflação</u> e juros altos, deve seguir impulsionando o endividamento das famílias, de acordo com o levantamento. "A expectativa é de uma desaceleração econômica nos próximos meses. Além disso, as raxas de juros elevadas deve impactar o orçamento das famílias, especialmente as de menor renda", alertou o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior.

Site:

CORREIO BRAZILIENSE / DF - MUNDO - pág.: A08. Sex, 17 de Fevereiro de 2023 ECONOMIA

https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/17/all.pdf

Lula afirma que não pode "brigar" com Campos Neto



Roberto Campos Neto já havia dito que críticas à taxo de juros são legítimas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, ontem, que não cabe ao chefe do Executivo federal "brigar" com o presidente do Banco Central. Ele se referiu às diferenças de pensamentos entre ele e o executivo Roberto Campos Neto, que preside a instituição. Ele minimizou o embate entre os dois, depois de criticar, na semana passada, a política monetária do banco, que fixa a taxa Selic em 13,75%. "Não cabe ao presidente da República brigar com o presidente do Banco Central. E eu até teria direito, porque ele não é presidente do BC indicado por mim. Ele foi indicado pelo Bolsonaro, pelo Guedes, então significa que a cabeça política dele é muito diferente da minha e daqueles que votaram em mim", disse Lula em entrevista à CNN.

O petista afirmou ainda que quando o presidente da República era responsável pela indicação do dirigente do Banco Central era possível ter conversa direta sobre as questões do país. "Nós tínhamos o BNDES, que tinha TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo]. Você aumentava meio por cento de juros, reduzia meio ponto do BNDES para facilitar aqueles que precisavam de investimento para fazer a economia crescer. Você não precisa de briga para isso", disse.

Lula repetiu que como presidente da República não lhe interessa "brigar com um cidadão que é o presidente do Banco Central, que eu pouco conheço". Segundo ele, se Campos Neto topar, ele o levará para visitar os locais mais miseráveis do Brasil. "Ele tem que saber que a gente, neste país, tem que governar para as pessoas que mais necessitam", afirmou.

Lula tem feito duras críticas ao Banco Central pelas elevadas taxas de juros. Na semana passada,

Campos Neto fez acenos positivos ao governo do petista durante entrevista ao programa "Roda viva", da TV Cultura. "Vou fazer de tudo para aproximar o Banco Central do governo", disse. O executivo chegou a dizer também que as críticas à política monetária são naturais.

Para Lula, conversas entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Campos Neto deveriam ser feitas "todo dia, toda hora" e que Haddad tem toda a disposição para conversar com ele. "É importante que ele converse com Fernando Haddad todo dia, toda hora, todo mês, todo ano, e que ele apenas cumpra a meta de inflação, tendo noção de que a meta não pode ser a razão pela qual você é obrigado a aumentar a taxa de juros", afirmou Lula.

O chefe do Executivo federal também destacou que se for necessário que ele mesmo converse com Campos Neto, assim o fará. "Mas, se eu não posso conversar com ele sobre a taxa de juros e emprego, sobre o que eu vou conversar?", ressaltou.

Ontem, Fernando Haddad e a ministra do Planejamento se encontraram duas vezes com Campos Neto. A primeira reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) reuniu os três. O encontro começou às 15h18, com a presença de ao menos 20 pessoas, entre técnicos do Banco Central e das duas pastas, e terminou às 15h46. A reunião não foi o único compromisso entre Roberto Campos Neto, Haddad e Simone. Antes, eles tiveram almoço reservado, em que permaneceram juntos por mais de duas horas, sem a presença de técnicos ou assessores.

Havia muita expectativa sobre a reunião do CMN porque foi a primeira no governo Lula e por causa da polêmica dos juros altos criticados por Lula e uma possível revisão das metas de **inflação**, inclusive para este ano. O próprio Haddad já havia afastado a possibilidade de revisar a meta de **inflação** nesta reunião, ao dizer que não pautaria o assunto.

Na reunião de ontem, o CMN aprovou o balanço financeiro do Banco Central em 2022. De acordo com o BC, o resultado nesse período foi negativo em R\$ 298,5 bilhões. Segundo nota divulgada pelo conselho, R\$ 179,1 bilhões serão cobertos mediante reversão de reserva de resultado e R\$ 82,8 bilhões serão cobertos por redução do patrimônio institucional do Banco

Central. Outros R\$ 36,6 bilhões, porém, precisarão ser cobertos pelo Tesouro Nacional.

"A empresa de auditoria independente manifestou-se com parecer sobre as demonstrações financeiras de 2022 sem qualquer ressalva", acrescentou a autoridade monetária. Em 2021, o resultado do BC havia sido positivo em R\$ 85,9 bilhões. Com isso, a autarquia repassou ao Tesouro no ano passado R\$ 71,5 bilhões, a maior transferência ordinária desde 2018.

MERCADO O mercado passou o dia aguardando a primeira reunião do Conselho Monetário Nacional. O encontro terminou sem alteração da meta de inflação para 2023. Uma declaração de Lula durante a tarde dizendo que não tem interesse em brigar com Roberto Campos Neto amenizou os ânimos. Em um dia volátil, o dólar teve leve queda, mas permaneceu acima de R\$ 5,20, ontem. A bolsa de valores iniciou a sessão em baixa, mas reverteu a tendência perto do fim das negociações e fechou com leve alta. O dólar comercial encerrou a quinta-feira vendido a R\$ 5,212, com queda de 0,16%. A moeda iniciou o dia em alta, chegando a subir para R\$ 5,26 na máxima do dia, por volta das 10h45. No entanto, reverteu o movimento a partir das 15h, influenciado pela perda de força da moeda norte-americana no exterior. Na mínima do dia, por volta das 15h30, chegou a cair para R\$ 5,20. Apesar da queda, o dólar acumula alta de 2,66% em fevereiro. Em 2023, a divisa cai 1,29%.

No mercado de ações, o dia terminou com ganhos, apesar de turbulências no início da sessão. O índice lbovespa, da B3, fechou aos 109.941 pontos, com alta de 0,31%. A bolsa começou o dia sob o impacto de balanços de diversas empresas que apuraram lucro menor que o previsto. No entanto, o ambiente melhorou ao longo da tarde, com a redução das tensões entre o governo e o Banco Central.

Site:

https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/02/2023/p1